



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | Nº. 11 | Ano 2023

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

**Alexandre António Timbane
Ivaldo Marciano de F. Lima
Rodrigo Castro Rezende**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

EDITORIAL - ONZE NÚMEROS DE CADERNOS DE ÁFRICA CONTEMPORÂNEA – SAUDAÇÕES AOS QUE TÊM CORAGEM!!!!!!

Ainda cambaleando, uma vez que o mundo continua a ser mundo, e com isto todas as desventuras persistindo em persistir, apresentamos ao leitor e a leitora mais este número de Cadernos de África Contemporânea, agora em dia e em luta para arrebanhar um reconhecimento digno, que para os afeitos aos trejeitos e coisas do mundo “acadêmico capesiano”, chamamos de Qualis. Bem, não obstante a importância deste reconhecimento nestas seis letrinhas, acrescidas de outra unida a um número (A1, A2, etc), ressaltamos que este periódico surgiu com o claro intuito de contribuir para que houvessem mais meios de difundir artigos advindos de pesquisas sólidas. E desta forma, interferir numa sociedade que ainda pensa no continente africano como um lugar repleto de negros e negras que dançam e cantam sem motivos ou sentido, uma vez que não dispõem, nesta percepção do senso comum, de racionalidade ou algo do tipo, e que usam armas “primitivas” no seu cotidiano, tal qual representou Hergé em seu famoso “Tintim na África”.

A selvageria e brutalidade representadas na floresta e nos animais é a maior expressão, ao meu ver, do que Mudimbe nomeou por biblioteca colonial. Sim, quando pensamos em construir este periódico, estávamos imbuídos de duas razões, sendo a primeira de interferir na sociedade em que vivemos, de maneira a mitigar e reduzir representações toscas e plenas de estereótipos primários, que em certa medida ainda permeiam vastos setores da população brasileira, sobretudo movimentos sociais e os que se consideram (e são considerados!) doutos e sábios no saber.

A última frase pode parecer irônica ou sarcástica ao leitor e à leitora, mas na verdade (na mais pura acepção do termo), há

ainda hoje colegas que, a despeito de sua titulação, usam termos e conceitos que em nada possuem aderência aos inúmeros contextos e circunstâncias existentes em África. Conceitos como “guerra étnica”, “tribo”, dentre outros, apenas demonstram a incrível ignorância que paira sobre quantidade significativa de mentes, nas mais diferentes espacialidades e classes sociais. Há também aqueles tributários dos discursos alusivos à ideia de raça, e que em certa medida são hegemônicos entre os que em algum momento estiveram presentes nos mais diferentes tipos de movimentos sociais. Estes, a despeito de acreditarem na existência de liames entre as pessoas a partir da cor da pele, sobrepondo natureza à cultura, não podem ser definidos como ignorantes, pois estão no lugar do saber, mas no escopo da ideologia. A questão, no entanto, diz respeito ao reforço e retroalimentação de estereótipos que estão subsumidas em representações que não possuem aderência à África que existe do outro lado do Atlântico.

Mas, afirmei lá atrás que eram duas as principais razões que nos levaram a fundar este periódico. A primeira, portanto, que constituiu em *leit motiv* para construir este periódico foi a de divulgar para a sociedade uma ampla gama de artigos que indicassem, ao menos para a comunidade científica, que África não existe no singular, e de que seus muitos povos são tributários de histórias diversas e amplas, além de que seus homens e mulheres são dotados de equipamentos biológicos iguais aos nossos e de toda a gente da espécie *homo sapiens*, e que possuem razão e modos de pensar. Portanto, nosso primeiro propósito foi o de interferir na sociedade em que vivemos e, com isto, oportunizar ampla gama de colegas, historiadores ou não, que em inúmeros países do mundo estão a pesquisar sobre diferentes partes de África (países, povos e territórios culturais), cotejando documentos com bibliografias diversas, entrevistando pessoas e trazendo novos olhares sobre contextos variados, dispostos no que hoje nomeamos por África. Esta motivação também se apoia na segunda razão, que é a de insistir que o fazer científico, apesar dos pesares, ainda é a melhor forma para entendermos os eventos, fenômenos e questões que emergem sobre todas as coisas.

Logo, se a primeira razão está em difundir pesquisas sobre a história dos muitos povos de África, para que a sociedade brasileira tenha outra oportunidade em refazer suas representações sobre as terras dispostas do outro lado do Atlântico, a segunda está em tentar interferir no âmbito acadêmico, o que em certa medida também se relaciona com o primeiro motivo exposto. Quando do processo de construção deste periódico, algo que ocorreu em simultâneo com a feitura de um projeto de criação de um mestrado em História da África Contemporânea, e de um Grupo de Pesquisa para a área de História, também estávamos imbuídos da ideia de mostrar para a comunidade acadêmica questões prosaicas para nós, a exemplo de que Estudos Africanos e História da África não são sinônimos, e de que a história das práticas e dos costumes dos negros e mestiços no Brasil não constituem parte do objeto de pesquisa daqueles que se reconhecem

como tributários de Ibn Khaldun, por exemplo. A história dos candomblés brasileiros, afoxés ou maracatus, por esta compreensão, é parte da história do Brasil, e não do continente africano, mesmo que se reivindicuem conexões ou liames para pensar uma história conectada, algo justo e sensato de ser feito, desde que amparado nas contextualizações devidas.

Nossa segunda razão, portanto, foi a de tentar mostrar para a comunidade científica que conceitos usados por militantes de movimentos sociais, e que em certa medida reverberam no meio acadêmico, devem ser objeto de ponto de partida, mas nunca de uso acrítico e destituído de contexto. Há amplos repertórios teórico-metodológicos usados para definir, entender e esquadriñar os vários eventos ocorridos em África, no que tange aos contextos e circunstâncias operados sob a égide do tempo e do espaço. Parte destes, ao que nos parece, usados de forma indevida e que pouco ou nada serve para compreender as trajetórias e protagonismos dos muitos homens e mulheres dispostos nas muitas espacialidades existentes em África. Por exemplo, certa vez ouvi de um jovem estudante de história a frase “povo bantu”, como se em África existisse algum grupo ou mesmo povo que reivindicasse esta terminologia ou identidade. Tentei entender melhor o conceito enunciado pelo jovem, e ele, no afã de me convencer de sua razão e substância, também afirmou que era preciso descolonizar a história e fazer com que ela fosse contada apenas e tão somente pelos negros de África. De imediato observei que se tratava de um jovem que tinha como ponto de partida a política, e que em certa medida sequer possuía leitura suficiente sobre o continente africano. Tentei dizer para ele que a categoria conceitual “bantu” não é designativa ou utilizada por nenhum povo, e que esta sequer é endógena de África, uma vez que foi criada por linguistas que verificaram semelhanças nas estruturas linguísticas de vários povos em determinadas regiões de África. Também tentei dizer para ele que as categorias “negro” e “branco” talvez façam algum sentido nas Américas, mas que em África era preciso saber que há inúmeras maneiras de se compreender os indivíduos, e que talvez a cor da pele não fosse a mais utilizada.

Ainda que tenha me ouvido, parece que o jovem em questão não conseguiu entender as diferenças entre a militância política e o fazer científico, mesmo sabendo que às vezes estas fronteiras são borradas, mas não me parece sensato iniciar uma pesquisa com pressupostos a priori. É razoável achar que em África há um modo homogêneo de ver, entender as pessoas sob um único crivo e meio? Há outros conceitos também complexos e que possuem filiação com os movimentos sociais, a exemplo de “religiões de matriz africana”. Este, por exemplo, traz consigo a ideia de que há uma matriz em África, uma em sua acepção, e que gerou as religiões de terreiro praticadas no Brasil. Ora, o que seria uma matriz africana? E como pensar nas religiões definidas por tal conceito? É estranho, por exemplo, quando alguém impõe tal conceito à suposta origem de África para religiões como o terecô maranhense ou a jurema pernambucana, em que os

elementos ditos “indígenas” sobressaem na constituição de suas práticas e costumes. Além disso, compreender uma prática cultural dotada da ideia de origem, no limite, é também concordar com a tese de que é possível transpor algo de um espaço a outro, mantendo-o de forma incólume e sem conexões com o espaço em que se encontra. É possível haver algo de África ou dos seus povos no Brasil sem que tenha sido operada ressignificações e novas ressignificações para a prática ou o dito costume? Bem, em se tratando de crença, creio que a ciência interfere no sentido de entender, compreender, mas não diria que isto vai além destes limites. Este é o maior problema para os que enveredam pelas pesquisas sobre a história de África em nosso país, no caso, a biblioteca colonial e suas composições com as crenças de natureza ideológica, advindas dos muitos movimentos sociais! Não aconselho, no entanto, que se pense na condição de todo egresso de movimento social como sendo tributário de ideologias, tampouco que seja impossível a condição de ser cientista, pesquisador e militante. Desde que se observe a natureza dos ofícios, é perfeitamente possível exercer os dois papéis, compreendendo que um opera com certezas e convicções, e o outro com a dúvida, a pergunta como guia de procedimento.

Ao fim de tudo isto, qual seja, as razões que nos moveram para que no “não tão distante ano de 2018” optássemos por criar um periódico, grupo de pesquisa e programa de mestrado (a empreitada reunia docentes da UNEB e da UNILAB, e foi exitosa apenas no que diz respeito ao periódico e grupo de pesquisa, fracassando na construção do programa de pós-graduação), também houve as motivações individuais, cada um ao seu modo, com o intuito de garantir um veículo que permitisse a difusão de pesquisas sólidas, algo que afirmamos anteriormente. E o resultado de tudo isto aqui se mostra: onze números de um periódico em que já publicaram colegas de várias partes do Brasil, Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Portugal, República Democrática do Congo, Mali, Senegal e outros... Onze números!!

Bem, aqui temos nove artigos, cinco dos quais reunidos no profícuo dossiê, intitulado **África: difusão da história pelo ensino, patrimônio e memória**. Os artigos de autoria de Isaque Pereira de Carvalho Neto, Dayane Augusta Santos da Silva, Alex Andrade Costa, Jacob Lussento Cupata e Jacimara Souza Santana integram o presente dossiê e serão melhor apresentados ao leitor e a leitora nas páginas a seguir. O dossiê, para além de seu refinamento e genialidade, traz consigo visões que em parte apresentam liames, sem desconsiderar as devidas divergências existentes entre os autores e autoras.

O sexto artigo deste número, intitulado “As campanhas de pacificação versus as campanhas de resistência. Uma análise do papel dos colonos bóeres na colonização do sudoeste angolano entre 1879-1915”, de autoria de António Ndelesse Epifânio, discute sobre as guerras e conflitos ocorridos na região do sudoeste de Angola, vizinha a atual Namíbia, e mostra como os olhares de um historiador angolano podem trazer novas questões para o leitor e a leitora que

pouco ou nada sabem do assunto. António Ndelesse Epifânio, em meio à erudição e refinamento devido, mostra os contextos das alianças pontuais estabelecidas pelos portugueses com os boers, e de como os povos da região teciam suas alianças ou conflitos com os estrangeiros. A leitura deste artigo é fundamental para quem quer saber um pouco mais sobre as muitas Angolas existentes do outro lado do Atlântico.

O sétimo artigo, intitulado “Nas frestas do convívio no sudoeste de Angola (1750 e 1785)”, de autoria de Ronald Lopes de Oliveira, complementa em grande parte as questões levantadas pelo artigo que o antecede, e indica outros meios de compreender os eventos e fenômenos no campo da História. O autor, um jovem historiador que se revela promessa das boas para a comunidade dos tributários de Clio, apresenta uma boa análise sobre documentos e artigos, indicando as relações entre os portugueses e os povos que se encontravam na região de Moçâmedes, na segunda metade do século XVIII. O artigo não apenas vale a leitura, como também a citação nos trabalhos vindouros, que surgirão como inspiração decorrente destas páginas.

O oitavo artigo, intitulado “Violência do colonialismo português em Moçambique: o caso das prisões no Niassa (1962-1975), de autoria de Tomé Pedro Morais e Maria Teresa Salite, mostra as violentas repressões estabelecidas pelo colonizador português, em guerra contra os movimentos de libertação nacional de Moçambique, especialmente a FRELIMO. O autor e a autora narram as mortes, castigos e como agiam os soldados portugueses no frenesi de manter sob seu domínio as terras do que iria vir a constituir na atual República de Moçambique. Um artigo que deve ser lido e relido, para que nunca mais existam pessoas que se atrevam a comentar sobre as benesses da colonização portuguesa em África.

O nono e último artigo deste número, intitulado “A Mobilidade de moçambicanos para a África do Sul: do trabalho mineiro ao comércio informal no sul de Moçambique e suas dinâmicas sociais”, de autoria de Victor Simões Henrique e Roberto Momade Preto, aprofunda o debate em torno da migração interna, e das especificidades existentes no trânsito de trabalhadores oriundos de Moçambique, que buscavam emprego na vizinha África do Sul. Apoiados em entrevistas e revisão bibliográfica específica, os autores nos mostram os detalhes da urdidura do processo, indicando as muitas complexidades existentes no mesmo. Excelente opção para quem achar que África é um lugar, e que seus habitantes se reconhecem como irmãos ou amigos. África, conforme se observa neste último artigo, é de grande complexidade em todos os sentidos.

Enfim, mais um número, muito trabalho e a satisfação de entregar ao leitor e à leitora um excelente número, com artigos que certamente muito irão ajudar para a feitura e inspiração de novos trabalhos. A todas e todos uma excelente leitura!

Ivaldo Marciano de França Lima